

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CÂMARA OUVI POPULAÇÃO SOBRE ORÇAMENTO



Rafael Santoz/CMSJC

Cidadãos podem enviar sugestões ao Plano Plurianual 2026-2029 e à Lei Orçamentária

- Anual 2026, além da revisão da LDO, por meio de formulário no site até 7 de novembro ou ● participando presencialmente da audiência pública no dia 5 de novembro às 18h. **PÁG.4**

EDUCAÇÃO ESPECIAL

- VEREADORES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO REALIZARAM UM DEBATE PÚBLICO COM PAIS DE ALUNOS ATÍPICOS E EDUCADORES. **PÁG.3**

PPAE LOA

- VEJA AS METAS PARA 4 ANOS DO PLANO PLURIANUAL E A ESTIMATIVA DE RECEITAS E DESPESAS NO ORÇAMENTO PARA 2026. **PÁG.5**

PARQUE DA CIDADE

- CÂMARA SEDIU ENCONTRO COM O OBJETIVO DE DISCUTIR A CONCESSÃO DO PARQUE ROBERTO BURLE MARX À INICIATIVA PRIVADA. **PÁG.7**

Outubro Rosa



**Ame-se
Cuide-se
Previna-se**

Outubro Rosa é tempo de olhar para si com carinho e escolher a prevenção.



Previna-se hoje!
**Ame-se
todos os
dias.**



A Câmara de São José dos Campos apoia o movimento Outubro Rosa e reforça a importância do autocuidado, do diagnóstico precoce e dos exames preventivos.



**CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**
O nosso papel é representar você.



Canal 7 da NET
Canal 9 da VIVO TV
Canal 12.3 TV aberta

www.camarasjc.sp.gov.br

   @tvcamarasjc
  @camarasjc

INCLUSÃO ENCONTRO REUNIU PROFISSIONAIS, FAMÍLIAS E VEREADORES PARA DEBATER AVANÇOS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

COMISSÃO PROMOVE DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Duas psicopedagogas esclareceram como funciona o atendimento especializado a estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento



Flávio Pereira/CMSJC

A Comissão de Educação e Promoção Social da Câmara Municipal de São José dos Campos realizou um debate público sobre educação especial no dia 15 de outubro. Participaram do encontro os vereadores que compõem a comissão, Claudio Apolinario (PSD) - presidente; Juliana Fraga (PT) - relatora; e Fernando Petiti (PSDB) - membro; as psicopedagogas Cássia Baeza e Patrícia Fonseca, além de profissionais da área, educadores e pais de alunos com deficiência e neurodivergências..

Nas palestras, as especialistas abordaram práticas pedagógicas voltadas ao desenvolvimento de estudantes com necessidades educacionais especiais e os desafios diários para atender às diversas adaptações necessárias à inclusão. Explicaram como funcionam os serviços e programas da educação especial, como AEE



Flávio Pereira/CMSJC

(Atendimento Educacional Especializado); API (Atendimento Psicopedagógico Institucional); DI (Docente Interlocutor de Libras); AEE de baixa visão e cegueira e o mediador de código braile.

Outros temas debatidos fo-

ram a formação continuada dos educadores e a necessidade de políticas públicas específicas. Pais de estudantes atípicos compartilharam dúvidas e preocupações quanto ao número de profissionais de apoio em sala, a dificuldade de con-

tato com esses profissionais, alta rotatividade e a ausência de materiais adequados a alunos autistas e de abafadores de ruído, além da necessidade de protocolos de adaptação e valorização dos professores e profissionais de apoio.

As palestrantes destacaram que as famílias devem manter diálogo constante com os professores sobre o desenvolvimento dos filhos. Ressaltaram ainda a importância de reduzir o número de alunos com deficiência por turma e explicaram que o professor do AEE é responsável pelo suporte ao profissional de apoio nas atividades pedagógicas.

Encerrando o evento, a comissão prestou homenagem a pais e professores: famílias receberam um diploma em reconhecimento à luta pela inclusão e os docentes um certificado em comemoração ao Dia do Professor, celebrado na mesma data. ■

A CASA DO POVO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

PLANEJAMENTO O PLANO PLURIANUAL ESTABELECE METAS PARA 4 ANOS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PREVÊ RECEITA E DESPESA

CÂMARA FARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PPA E LOA

Também revisão da LDO 2026; cidadãos podem participar presencialmente ou por meio de formulário on-line até 7/11

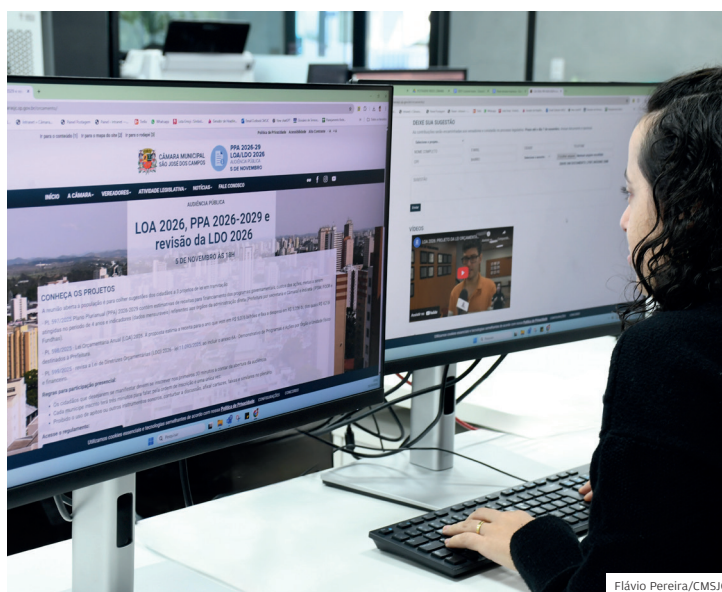


Flávio Pereira/CMSJC

No dia 5 de novembro, às 18h, a Câmara de São José dos Campos realiza uma audiência pública para propiciar participação popular e colher sugestões a três projetos de lei em tramitação. O PL 597/2025 Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 contém estimativas financeiras de programas e ações governamentais, metas a serem atingidas no período de 4 anos e indicadores (dados mensuráveis) referentes aos órgãos da administração direta (Prefeitura e Câmara) e indireta (IPSM, FCCR e Fundhas).

O PL 598/2025 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026 - estima a receita total para o ano que vem em R\$ 5,376 bilhões e fixa a despesa em R\$ 5,356 bi, dos quais R\$ 4,2 bi destinados à Prefeitura. As secretarias de Educação e Saúde receberão os maiores montantes: R\$ 1,3 bi e R\$ 1,1 bilhão respectivamente.

E o PL 599/2025 revisa a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026 - lei 11.093/2025, ao incluir o anexo 6A - De-



Flávio Pereira/CMSJC

Participação. Formulário on-line receberá sugestões da população

monstrativo de Programas e Ações por Órgão e Unidade físico e financeiro.

A audiência pública será transmitida ao vivo pela TV Câmara e Youtube.

COMO PARTICIPAR

Os cidadãos que desejarem

se manifestar deverão se inscrever pessoalmente nos primeiros 30 minutos após a abertura e terão 3 minutos cada, uma vez e na ordem de inscrição. Ou podem enviar contribuições por meio de formulário on-line disponível no site da Câmara até 7 de

novembro às 23h59. E ainda protocolar as sugestões fisicamente por escrito na Divisão de Expediente até a mesma data (7 de novembro às 17h30).

Os documentos e sugestões enviados eletronicamente ou por protocolo físico serão inseridos no processo. Proibido o uso de apitos ou outros instrumentos sonoros, bem como conturbar as discussões e afixar cartazes, faixas e similares no plenário. Confira o regulamento da audiência (Ato da mesa diretora 45/25). ■

Audiência Pública. Acesse e envie a sua sugestão à Câmara



PLANO PLURIANUAL 4 ANOS É O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA LEI QUE ORIENTA AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

VEJA AS METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2026 A 2029

O PL597/2025-Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 contém estimativas de receitas para o financiamento dos programas governamentais ou institucionais, custos das ações, metas a serem atingidas no período de 4 anos e indicadores referentes aos órgãos da administração direta (Prefeitura e Câmara) e indireta (IPSM, FCCR, Fundhas) de São José dos Campos

EDUCAÇÃO.

Na Educação, até 2029, ampliar de 19 mil para 25 mil o número de alunos em ensino integral na rede municipal; aumentar o percentual de escolas acima da meta do Ideb nos anos iniciais e finais; realizar obras em 13 unidades de ensino fundamental e 3 da educação infantil.



SAÚDE.

Na Saúde, reduzir a espera por consultas em especialidades (dermatologia, cardiologia, geriatria, hematologia e gastroenterologia) de 257 dias para 180; reduzir a espera por cirurgias eletivas (ginecológicas, urológicas, vascular) de 305 dias para 120. Diminuir a taxa de morte perinatal de 11,7 por mil nascidos vivos para 10 e o tempo médio de resposta do Samu de 37 para 34 minutos.



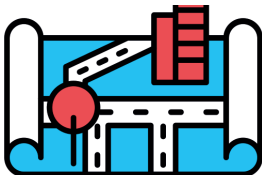
OBRAS.

Na Secretaria de Gestão de Obras, pavimentar 136 mil m² de vias públicas; construir 11 mil metros de galerias pluviais e 121 mil m² de reservatórios; limpar/dragar/desassorear 246 mil metros de rios e córregos ao longo dos próximos 4 anos.



URBANISMO.

Em Urbanismo e Sustentabilidade, implantar uma fazenda urbana de compostagem em 2026; elaborar o plano de manejo e estruturar o Parque do Cerrado até 2029; implantar um parque das crianças na zona leste; requalificar os parques Alambari e Pousada do Vale; aumentar o número de árvores plantadas dos atuais 30 mil para 36 mil em 2026 e 56 mil em 2029. E reduzir o tempo médio de aprovação de projetos particulares (modalidade convencional) dos atuais 118 dias úteis para 90.



HABITAÇÃO.

Na Habitação e Regularização Fundiária, regularizar 2 mil lotes e atender 1.500 famílias com unidades habitacionais até 2029.



MOBILIDADE.

Na Mobilidade, investir em sinalização vertical e horizontal e aumentar a oferta de viagens em dias úteis no transporte coletivo de 6.400 para 7 mil até 2029.



MANUTENÇÃO.

Na Secretaria de Manutenção, implantar mais 2 pontos de entrega voluntária (PEV) totalizando 18 em toda a cidade; modernizar 5 parques infantis públicos com brinquedos inclusivos e piso emborrachado.



INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

Na Inovação e Desenvolvimento Econômico, ampliar as vagas gratuitas no programa Qualifica São José de 32 mil para 40 mil; as vagas de emprego via PAT de 6.500 para 9 mil; 60 eventos de fomento ao turismo, cadastro de artesãos; formalização de 30 profissionais de feira livre; aplicar 21 mil doses de vacina em bovinos; certificar 20 empresas com selo de inspeção sanitária; aumentar o número de produtores atendidos com maquinário para preparação de solo e transporte de calcário, entre outras medidas.



APOIO SOCIAL.

No Apoio Social ao Cidadão, aumentar as vagas de acolhimento de longa permanência para idosos de 165 para 183 e manter os demais atendimentos (Centro Dia, CREAS, abordagem social de pessoas em situação de rua, etc).



ESPORTE.

No Esporte e Qualidade de Vida, aumentar o número de participantes em todas as modalidades esportivas comunitárias e programas (Projeto Verão, Piscina para Todos, Brincando nas Férias, Rua de Lazer, Viva Melhor, Conexão Juventude, etc).



GOVERNANÇA.

Na Secretaria de Governança, manter as 14 modalidades esportivas de alto rendimento com bolsa para 515 atletas e os 88 mil processos atendidos pelo Procon Municipal anualmente. ■

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

RECEITA PRINCIPAIS FONTES SÃO ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA E TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS



Rafael Santoz/CMSJC

PROJETO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2026 PREVÊ R\$ 4,2 BILHÕES PARA A PREFEITURA

Educação e Saúde ficam com mais da metade dos recursos, R\$2,3 bilhões

O projeto da Lei Orçamentária Anual - LOA 2026 PL (598/2025), em tramitação na Câmara de São José dos Campos, estima a receita total para o ano que vem em R\$ 5,376 bilhões e fixa a despesa em R\$ 5,356 bi, dos quais R\$ 4,2 bi destinados à Prefeitura. As secretarias de Educação e Saúde receberão os maiores montantes: R\$ 1,3 bi e R\$ 1,1 bi, respectivamente. Seguidas por Manutenção da Cidade - R\$ 328 milhões; Mobilidade Urba-

na - R\$ 231 mi; e Apoio Social ao Cidadão - R\$ 118 mi.

A receita da administração direta prevista para 2026 (R\$ 4,55 bi) é 8,8% maior do que a orçada para 2025 (R\$ 4,18 bi) e terá como origem principalmente impostos e taxas (R\$ 1,6 bilhão) e repasses estaduais e federais (R\$ 1,9 bi, sendo R\$ 1,4 bilhão da cota do ICMS e R\$ 262 milhões do IPVA).

O orçamento do IPSM está cotado em R\$ 867 milhões; o da Fundhas em R\$ 94 mi; o da

FCCR em R\$ 36 mi e o da Câmara R\$ 151 milhões. O incentivo fiscal para cultura e esporte somará R\$ 16,5 milhões, sendo 2,6 milhões para projetos culturais e R\$ 13,9 mi para projetos esportivos. As isenções de caráter social e incentivos visando à geração de empregos e instalações de novas empresas na cidade estão estimadas em R\$ 126 mi.

O montante de R\$ 3,6 milhões em investimentos da empresa pública Urbanizadora Municipa-

pal - URBAM será financiado com recursos próprios. O texto autoriza a Prefeitura a contratar até R\$ 220 milhões em empréstimos, valor correspondente a 5% da Receita Corrente Líquida, estimada para o ano de 2026 em R\$ 4,4 bilhões.

A proposta da LOA é uma das 3 peças orçamentárias que serão objeto de uma audiência pública na Câmara de São José dos Campos no dia 5 de novembro, às 18h. Também o PL 597/2025 - Plano Plurianual (PPA) 2026-2029 e o PL 599/2025, que revisa a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2026 - lei 11.093/2025 ao incluir anexo com demonstrativo de programas e ações. Os cidadãos também podem se manifestar por meio de formulário on-line disponível no site da Câmara até 7 de novembro. ■

5,376
BILHÕES DE REAIS
é a receita total estimada na LOA para o próximo ano em São José dos Campos

2,3
BILHÕES DE REAIS
destinados para as secretarias de Saúde e Educação no próximo ano

CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

O VALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

EM TRAMITAÇÃO PROJETO DE LEI PROTOCOLADO PELA PREFEITURA CONCEDE GESTÃO À INICIATIVA PRIVADA POR ATÉ 35 ANOS



Emerson Galatti/CMSJC

CONCESSÃO DO PARQUE DA CIDADE É TEMA DE DEBATE NA CÂMARA

O projeto de lei complementar 36/2025, que trata da concessão à iniciativa privada do Parque da Cidade Roberto Burle Marx, reuniu ambientalistas e representantes de movimentos sociais em um debate sediado pela Câmara no dia 29 de outubro. A iniciativa foi do movimento “O Parque é do Povo” e contou com o apoio da vereadora Juliana Fraga (PT), que presidiu o encontro. A vereadora Amélia Naomi (PT) também esteve presente.

Em participação virtual, a presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado, professora Helena Dutra Lutgnes, abordou a importância da preservação ambiental e da arborização urbana frente à crise climática. Presente no plenário, o biólogo William Mendes apresentou exemplos de outros espaços concedidos e falou da transparência no processo. Enquanto o professor e pesquisador Wilson Cabral traçou um panorama sobre as contradições técnicas da proposta e seus impactos ambientais e sociais de acordo com o atual Plano Diretor.

O advogado Rogério Abreu examinou aspectos jurídicos do projeto em tramitação e seus desdobramentos para a gestão pública. Na sequência, participaram dois representantes do movimento



Emerson Galatti/CMSJC

vimento Rede Parques: o gestor ambiental Rogério Rabelo apresentou resultados da privatização do Parque Estadual Campos do Jordão e dos parques de Guaratinguetá, e Fábio Sanches falou a respeito do trabalho de fiscalização de contratos.

4

MILHÕES DE REAIS
é a despesa anual da
prefeitura para manter o
parque atualmente

Após as explanações dos convidados, 14 participantes inscritos se manifestaram a respeito do tombamento pelo Comphac – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultura; uso para atividades esportivas e culturais e não comerciais; desocupação das casas da linha férrea; arborização e compensações ambientais; acionamento do Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em questões fiscalizatórias e realização de consulta popular. ■

O QUE DIZ O TEXTO?

Projeto prevê concessão da área para a iniciativa privada pelo prazo de até 35 anos

Destaque. O projeto de lei complementar apresentado pelo poder Executivo e que tramita na Câmara prevê a concessão do parque localizado na região norte à iniciativa privada pelo prazo de até 35 anos e visa a implantação de melhorias e restauros, incluindo novas fontes de receitas.

De acordo com a proposta, o edital contemplará administração, operação, manutenção e

exploração econômica, construção de um novo teatro e centro de convenções, apoio ao visitante, serviços de alimentação, limpeza e vigilância. De acordo com a prefeitura, atualmente o custo anual é de R\$ 4 milhões.

O prazo para apresentação de emenda pelos parlamentares vai até 3 de novembro e do parecer dos relatores das comissões de Justiça, Economia e Planejamento Urbano até 10 de novembro. ■

FELIZ DIA DE QUEM PARTICIPA DA CÂMARA E AJUDA A ESCREVER A HISTÓRIA DA CIDADE



A Câmara de São José dos Campos homenageia seus servidores que, com dedicação, ética e responsabilidade, fazem do trabalho nesta Casa Legislativa a missão de servir a comunidade joseense. **Profissionais que, com seu talento e esforço, transformam o serviço público em um gesto diário de compromisso com a cidade e com as pessoas.**

28 DE
OUTUBRO **DIA DO**
SERVIDOR
PÚBLICO



Márcia Tavares
Diretora de Comunicação



José Roberto Rodrigues
Diretor de TI



Silvana Mendonça
Chefe da Sessão de Atas



Roger Cortes
Assistente Técnico



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
O nosso papel é representar você.